

COM BASE NO ÚLTIMO EDITAL



SALVADOR-BA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR - BAHIA

PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO



- ▶ Língua Portuguesa
- ▶ Raciocínio Lógico
- ▶ Atualidades
- ▶ Conhecimentos Pedagógicos
- ▶ Legislação Específica
- ▶ Conhecimentos Específicos – Língua Portuguesa
- ▶ Conhecimentos Específicos – Matemática
- ▶ Conhecimentos Específicos – Ciências da Natureza
- ▶ Conhecimentos Específicos – História/Geografia

BÔNUS
CURSO ON-LINE

- PORTUGUÊS
- INFORMÁTICA

AVISO IMPORTANTE: **Este é um Material de Demonstração**

Este arquivo representa uma prévia exclusiva da apostila.

Aqui, você poderá conferir algumas páginas selecionadas para conhecer de perto a qualidade, o formato e a proposta pedagógica do nosso conteúdo. Lembramos que este não é o material completo.

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?



- × Conteúdo totalmente alinhado ao edital.
- × Teoria clara, objetiva e sempre atualizada.
- × Dicas práticas, quadros de resumo e linguagem descomplicada.
- × Questões gabaritadas
- × Bônus especiais que otimizam seus estudos.

Aproveite a oportunidade de intensificar sua preparação com um material completo e focado na sua aprovação:
Acesse agora: www.apostilasopcao.com.br

Disponível nas versões impressa e digital, com envio imediato!

Estudar com o material certo faz toda a diferença na sua jornada até a APROVAÇÃO.





SALVADOR-BA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR - BAHIA

**PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL
AO 5º ANO**

COM BASE NO ÚLTIMO EDITAL

CÓD: OP-159AB-26
7908403592579

ÍNDICE

Língua Portuguesa

1. Elementos de construção do texto e seu sentido	9
2. Semântica	12
3. Morfologia	15
4. Processos de formação de palavras	24
5. Sintaxe.....	25
6. Concordância nominal e verbal	30
7. Transitividade e regência de nomes e verbos	32
8. Colocação pronominal	34
9. Mecanismos de coesão textual.....	35
10. Ortografia.....	36
11. Acentuação gráfica.....	39
12. Emprego da crase	40
13. Pontuação	41
14. Estilística (figuras de linguagem).....	42
15. Reescritura de frases.....	46
16. Variação linguística	47

Raciocínio Lógico

1. Estrutura lógica e relações	57
2. Problemas aritméticos, geométricos e matriciais	66

Atualidades

1. Brasil e mundo (economia, política e relações exteriores)	75
2. Questão ambiental.....	75
3. Sociedade brasileira	80
4. Cultura brasileira.....	84
5. Estado da Bahia.....	87

Conhecimentos Pedagógicos

1. Processo de ensinar e aprender	91
2. Pedagogia da infância. Dimensões humanas Direitos da infância	92
3. Didática e metodologia do ensino	93
4. Alfabetização e letramento.....	96
5. Linguagem oral e escrita	97
6. Produção de textos	100
7. Literatura infantil (precursores e seguidores)	102

ÍNDICE

8. Processos cognitivos na alfabetização	103
9. Desenvolvimento da leitura e escrita	104
10. Pensamento lógico da criança	106
11. Ambiente alfabetizador e dificuldades de aprendizagem.....	107
12. História da alfabetização.....	109
13. Função social da alfabetização.....	110
14. Avaliação da aprendizagem	110
15. Desenvolvimento linguístico e cognitivo	111
16. Desenvolvimento infantil (motricidade, linguagem e cognição).....	112
17. Etapas da alfabetização.....	114
18. Consciência fonológica	115
19. Tecnologia na alfabetização	116
20. Perspectiva infantil na alfabetização.....	117
21. Função social da escola.....	118
22. Brincadeira e desenvolvimento infantil	119
23. Fundamentos da educação	121
24. Tendências pedagógicas.....	127
25. Relações socioeconômicas da educação.....	129
26. Educação em direitos humanos.....	130
27. Inclusão e diversidade	133
28. Diretrizes curriculares nacionais	134
29. Organização do ensino.....	141
30. Metodologias e avaliação	141
31. Tecnologias da informação na educação	144
32. Projeto político-pedagógico.....	145

Legislação Específica

1. Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB).....	153
2. Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).....	172
3. História e Cultura Afro-Brasileira e Africana	212
4. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos	213
5. Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs)	213

Conhecimentos Específicos – Língua Portuguesa

1. Análise de textos (interpretação, estrutura, funções, relações linguísticas).....	229
--	-----

Conhecimentos Específicos – Matemática

1. Números naturais e racionais. Operações matemáticas.....	231
2. Múltiplos, divisores.....	235
3. Números primos	236
4. Linguagem algébrica Geometria (espaço e forma)	237
5. Medidas Sistema monetário	241
6. Tratamento da informação	245
7. Probabilidade.....	250
8. Metodologias de ensino de matemática.....	252
9. Equações e inequações.....	261
10. Perímetro e área	264

Conhecimentos Específicos – Ciências da Natureza

1. Seres vivos e ambiente	275
2. Ar atmosférico	278
3. Água.....	281
4. Solo	284
5. Animais e vegetais	287
6. Cadeias alimentares.....	290
7. Ecologia e meio ambiente.....	292
8. Corpo humano e saúde.....	294
9. Doenças; Sexualidade	297
10. Energia e matéria	299
11. Recursos naturais e impactos ambientais.....	302
12. Resíduos e sustentabilidade.....	305
13. Ética ecológica	307

Conhecimentos Específicos – História/Geografia

1. Fontes históricas e formação do Brasil	315
2. Lei 10.639/03.....	318
3. História da Bahia; Conceitos de tempo Localização espacial e cartografia.....	318
4. Espaço geográfico	320
5. Espaço brasileiro	323
6. Espaço mundial.....	325
7. Conceitos de espaço e grupos sociais.....	329
8. Cidadania	332

LÍNGUA PORTUGUESA

ELEMENTOS DE CONSTRUÇÃO DO TEXTO E SEU SENTIDO

A compreensão e a interpretação de textos são habilidades essenciais para que a comunicação alcance seu objetivo de forma eficaz. Em diversos contextos, como na leitura de livros, artigos, propagandas ou imagens, é necessário que o leitor seja capaz de entender o conteúdo proposto e, além disso, atribuir significados mais amplos ao que foi lido ou visto.

Para isso, é importante distinguir os conceitos de compreensão e interpretação, bem como reconhecer que um texto pode ser verbal (composto por palavras) ou não-verbal (constituído por imagens, símbolos ou outros elementos visuais).

Compreender um texto implica decodificar sua mensagem explícita, ou seja, captar o que está diretamente apresentado. Já a interpretação vai além da compreensão, exigindo que o leitor utilize seu repertório pessoal e conhecimentos prévios para gerar um sentido mais profundo do texto. Dessa forma, dominar esses dois processos é essencial não apenas para a leitura cotidiana, mas também para o desempenho em provas e concursos, onde a análise de textos e imagens é frequentemente exigida.

Essa distinção entre compreensão e interpretação é crucial, pois permite ao leitor ir além do que está explícito, alcançando uma leitura mais crítica e reflexiva.

CONCEITO DE COMPREENSÃO

A compreensão de um texto é o ponto de partida para qualquer análise textual. Ela representa o processo de decodificação da mensagem explícita, ou seja, a habilidade de extrair informações diretamente do conteúdo apresentado pelo autor, sem a necessidade de agregar inferências ou significados subjetivos. Quando compreendemos um texto, estamos simplesmente absorvendo o que está dito de maneira clara, reconhecendo os elementos essenciais da comunicação, como o tema, os fatos e os argumentos centrais.

► A Compreensão em Textos Verbais

Nos textos verbais, que utilizam a linguagem escrita ou falada como principal meio de comunicação, a compreensão passa pela habilidade de ler com atenção e reconhecer as estruturas linguísticas. Isso inclui:

- **Vocabulário**: O entendimento das palavras usadas no texto é fundamental. Palavras desconhecidas podem comprometer a compreensão, tornando necessário o uso de dicionários ou ferramentas de pesquisa para esclarecer o significado.
- **Sintaxe**: A maneira como as palavras estão organizadas em frases e parágrafos também influencia o processo de compreensão. Sentenças complexas, inversões sintáticas ou o

- uso de conectores como conjunções e preposições requerem atenção redobrada para garantir que o leitor compreenda as relações entre as ideias.

- **Coesão e coerência**: são dois pilares essenciais da compreensão. Um texto coeso é aquele cujas ideias estão bem conectadas, e a coerência se refere à lógica interna do texto, onde as ideias se articulam de maneira fluida e compreensível.

Ao realizar a leitura de um texto verbal, a compreensão exige a decodificação de todas essas estruturas. É a partir dessa leitura atenta e detalhada que o leitor poderá garantir que absorveu o conteúdo proposto pelo autor de forma plena.

► A Compreensão em Textos Não-Verbais

Além dos textos verbais, a compreensão se estende aos textos não-verbais, que utilizam símbolos, imagens, gráficos ou outras representações visuais para transmitir uma mensagem. Exemplos de textos não-verbais incluem obras de arte, fotografias, infográficos e até gestos em uma linguagem de sinais.

A compreensão desses textos exige uma leitura visual aguçada, na qual o observador decodifica os elementos presentes, como:

- **Cores**: As cores desempenham um papel comunicativo importante em muitos contextos, evocando emoções ou sugerindo informações adicionais. Por exemplo, em um gráfico, cores diferentes podem representar categorias distintas de dados.
- **Formas e símbolos**: Cada forma ou símbolo em um texto visual pode carregar um significado próprio, como sinais de trânsito ou logotipos de marcas. A correta interpretação desses elementos depende do conhecimento prévio do leitor sobre seu uso.
- **Gestos e expressões**: Em um contexto de comunicação corporal, como na linguagem de sinais ou em uma apresentação oral acompanhada de gestos, a compreensão se dá ao identificar e entender as nuances de cada movimento.

► Fatores que Influenciam a Compreensão

A compreensão, seja de textos verbais ou não-verbais, pode ser afetada por diversos fatores, entre eles:

- **Conhecimento prévio**: Quanto mais familiarizado o leitor estiver com o tema abordado, maior será sua capacidade de compreender o texto. Por exemplo, um leitor que já conhece o contexto histórico de um fato poderá compreender melhor uma notícia sobre ele.
- **Contexto**: O ambiente ou a situação em que o texto é apresentado também influencia a compreensão. Um texto jornalístico, por exemplo, traz uma mensagem diferente dependendo de seu contexto histórico ou social.

AMOSTRA

▪ **Objetivos da leitura:** O propósito com o qual o leitor aborda o texto impacta a profundidade da compreensão. Se a leitura for para estudo, o leitor provavelmente será mais minucioso do que em uma leitura por lazer.

► **Compreensão como Base para a Interpretação**

A compreensão é o primeiro passo no processo de leitura e análise de qualquer texto. Sem uma compreensão clara e objetiva, não é possível seguir para uma etapa mais profunda, que envolve a interpretação e a formulação de inferências. Somente após a decodificação do que está explicitamente presente no texto, o leitor poderá avançar para uma análise mais subjetiva e crítica, onde ele começará a trazer suas próprias ideias e reflexões sobre o que foi lido.

Em síntese, a compreensão textual é um processo que envolve a decodificação de elementos verbais e não-verbais, permitindo ao leitor captar a mensagem essencial do conteúdo. Ela exige atenção, familiaridade com as estruturas linguísticas ou visuais e, muitas vezes, o uso de recursos complementares, como dicionários. Ao dominar a compreensão, o leitor cria uma base sólida para interpretar textos de maneira mais profunda e crítica.

► **Textos Verbais e Não-Verbais**

Na comunicação, os textos podem ser classificados em duas categorias principais: verbais e não-verbais. Cada tipo de texto utiliza diferentes recursos e linguagens para transmitir suas mensagens, sendo fundamental que o leitor ou observador saiba identificar e interpretar corretamente as especificidades de cada um.

Textos Verbais:

Os textos verbais são aqueles constituídos pela linguagem escrita ou falada, onde as palavras são o principal meio de comunicação. Eles estão presentes em inúmeros formatos, como livros, artigos, notícias, discursos, entre outros. A linguagem verbal se apoia em uma estrutura gramatical, com regras que organizam as palavras e frases para transmitir a mensagem de forma coesa e compreensível.

Características dos Textos Verbais:

- **Estrutura Sintática:** As frases seguem uma ordem gramatical que facilita a decodificação da mensagem.
- **Uso de Palavras:** As palavras são escolhidas com base em seu significado e função dentro do texto, permitindo ao leitor captar as ideias expressas.
- **Coesão e Coerência:** A conexão entre frases, parágrafos e ideias deve ser clara, para que o leitor compreenda a linha de raciocínio do autor.

Exemplos de textos verbais incluem:

- **Livros e artigos:** Onde há um desenvolvimento contínuo de ideias, apoiado em argumentos e explicações detalhadas.
- **Diálogos e conversas:** Que utilizam a oralidade para interações mais diretas e dinâmicas.
- **Panfletos e propagandas:** Usam a linguagem verbal de forma concisa e direta para transmitir uma mensagem específica.

A compreensão de um texto verbal envolve a decodificação de palavras e a análise de como elas se conectam para construir significado. É essencial que o leitor identifique o tema, os argumentos centrais e as intenções do autor, além de perceber possíveis figuras de linguagem ou ambiguidades.

Textos Não-Verbais:

Os textos não-verbais utilizam elementos visuais para se comunicar, como imagens, símbolos, gestos, cores e formas. Embora não usem palavras diretamente, esses textos transmitem mensagens completas e são amplamente utilizados em contextos visuais, como artes visuais, placas de sinalização, fotografias, entre outros.

Características dos Textos Não-Verbais:

- **Imagens e símbolos:** Carregam significados culturais e contextuais que devem ser reconhecidos pelo observador.
- **Cores e formas:** Podem ser usadas para evocar emoções ou destacar informações específicas. Por exemplo, a cor vermelha em muitos contextos pode representar perigo ou atenção.
- **Gestos e expressões:** Na comunicação corporal, como na linguagem de sinais ou na expressão facial, o corpo desempenha o papel de transmitir a mensagem.

Exemplos de textos não-verbais incluem:

- **Obras de arte:** Como pinturas ou esculturas, que comunicam ideias, emoções ou narrativas através de elementos visuais.
- **Sinais de trânsito:** Que utilizam formas e cores para orientar os motoristas, dispensando a necessidade de palavras.
- **Infográficos:** Combinações de gráficos e imagens que transmitem informações complexas de forma visualmente acessível.

A interpretação de textos não-verbais exige uma análise diferente da dos textos verbais. É necessário entender os códigos visuais que compõem a mensagem, como as cores, a composição das imagens e os elementos simbólicos utilizados. Além disso, o contexto cultural é crucial, pois muitos símbolos ou gestos podem ter significados diferentes dependendo da região ou da sociedade em que são usados.

► **Relação entre Textos Verbais e Não-Verbais**

Embora sejam diferentes em sua forma, textos verbais e não-verbais frequentemente se complementam. Um exemplo comum são as propagandas publicitárias, que utilizam tanto textos escritos quanto imagens para reforçar a mensagem. Nos livros ilustrados, as imagens acompanham o texto verbal, ajudando a criar um sentido mais completo da história ou da informação.

Essa integração de elementos verbais e não-verbais é amplamente utilizada para aumentar a eficácia da comunicação, tornando a mensagem mais atraente e de fácil entendimento. Nos textos multimodais, como nos sites e nas redes sociais, essa combinação é ainda mais evidente, visto que o público interage simultaneamente com palavras, imagens e vídeos, criando uma experiência comunicativa rica e diversificada.

RACIOCÍNIO LÓGICO

ESTRUTURA LÓGICA E RELAÇÕES

LÓGICA PROPOSICIONAL

Um predicado é uma sentença que contém um número limitado de variáveis e se torna uma proposição quando são dados valores às variáveis matemáticas e propriedades quaisquer a outros tipos.

Um predicado, de modo geral, indica uma relação entre objetos de uma afirmação ou contexto.

Considerando o que se conhece da língua portuguesa e, intuitivamente, predicados dão qualidade aos sujeitos, relacionam os sujeitos e relacionam os sujeitos aos objetos.

Para tal, são usados os conectivos lógicos $\neg, \Rightarrow, \rightarrow, \wedge, \vee$, mais objetos, predicados, variáveis e quantificadores.

Os objetos podem ser concretos, abstratos ou fictícios, únicos (atômicos) ou compostos.

Logo, é um tipo que pode ser desde uma peça sólida, um número complexo até uma afirmação criada para justificar um raciocínio e que não tenha existência real!

Os argumentos apresentam da lógica dos predicados dizem respeito, também, àqueles da lógica proposicional, mas adicionando as qualidades ao sujeito.

As palavras que relacionam os objetos são usadas como quantificadores, como um objeto está sobre outro, um é maior que o outro, a cor de um é diferente da cor do outro; e, com o uso dos conectivos, as sentenças ficam mais complexas.

Por exemplo, podemos escrever que um objeto é maior que outro e eles têm cores diferentes.

Somando as variáveis aos objetos com predicados, as variáveis definem e estabelecem fatos relativos aos objetos em um dado contexto.

Vamos examinar as características de argumentos e sentenças lógicas para adentrarmos no uso de quantificadores.

No livro Discurso do Método de René Descartes, encontramos a afirmação: "(1ª parte): "...a diversidade de nossas opiniões não provém do fato de serem uns mais racionais que outros, mas somente de conduzirmos nossos pensamentos por vias diversas e não considerarmos as mesmas coisas. Pois não é suficiente ter o espírito bom, o principal é aplicá-lo bem."

Cabe aqui, uma rápida revisão de conceitos, como o de argumento, que é a afirmação de que um grupo de proposições gera uma proposição final, que é consequência das primeiras. São ideias lógicas que se relacionam com o propósito de esclarecer pontos de pensamento, teorias, dúvidas.

Seguindo a ideia do princípio para o fim, a proposição é o início e o argumento o fim de uma explanação ou raciocínio, portanto essencial para um pensamento lógico.

A proposição ou sentença a é uma oração declarativa que poderá ser classificada somente em verdadeira ou falsa, com sentido completo, tem sujeito e predicado.

Por exemplo, e usando informações multidisciplinares, são proposições:

I – A água é uma molécula polar;

II – A membrana plasmática é lipoprotéica.

Observe que os exemplos acima seguem as condições essenciais que uma proposição deve seguir, i.e., dois axiomas fundamentais da lógica, [1] o princípio da não contradição e [2] o princípio do terceiro excluído, como já citado.

O princípio da não contradição afirma que uma proposição não ser verdadeira e falsa ao mesmo tempo.

O princípio do terceiro excluído afirma que toda proposição ou é verdadeira ou é falsa, jamais uma terceira opção.

Após essa pequena revisão de conceitos, que representaram os tipos de argumentos chamados válidos, vamos especificar os conceitos para construir argumento inválidos, falaciosos ou sofisma.

► Proposições simples e compostas

Para se construir as premissas ou hipóteses em um argumento válido logicamente, as premissas têm extensão maior que a conclusão. A primeira premissa é chamada de maior é a mais abrangente, e a menor, a segunda, possui o sujeito da conclusão para o silogismo; e das conclusões, temos que:

- De duas premissas negativas, nada se conclui;
- De duas premissas afirmativas não pode haver conclusão negativa;
- A conclusão segue sempre a premissa mais fraca;
- De duas premissas particulares, nada se conclui.

As premissas funcionam como proposições e podem ser do tipo simples ou composta. As compostas são formadas por duas ou mais proposições simples interligadas por um "conectivo".

Uma proposição/premissa é toda oração declarativa que pode ser classificada em verdadeira ou falsa ou ainda, um conjunto de palavras ou símbolos que exprimem um pensamento de sentido completo.

Características de uma proposição

- Tem sujeito e predicado;
- É declarativa (não é exclamativa nem interrogativa);
- Tem um, e somente um, dos dois valores lógicos: ou é verdadeira ou é falsa.

AMOSTRA

É regida por princípios ou axiomas:

- **Princípio da não contradição:** uma proposição não pode ser verdadeira e falsa ao mesmo tempo.
- **Princípio do terceiro excluído:** toda proposição ou é verdadeira ou é falsa, isto é, verifica-se sempre um destes casos e nunca um terceiro.
- **Princípio da Identidade:** uma proposição é idêntica a si mesma. Em termos simples: $p \equiv p$

Exemplos:

- A água é uma substância polar.
- A membrana plasmática é lipoprotéica.
- As premissas podem ser unidas via conectivos mostrados na tabela abaixo e já mostrado acima

São eles:

Proposição	Forma	Símbolo
Negação	Não	\neg
Disjunção não exclusiva	ou	\vee
Conjunção	e	\wedge
Condicional	Se... então	\rightarrow
Bicondicional	Se e somente se	\leftrightarrow

► Tabelas verdade

As tabelas-verdade são ferramentas utilizadas para analisar as possíveis combinações de valores lógicos (verdadeiro ou falso) das proposições. Elas permitem compreender o comportamento lógico de operadores como negação, conjunção e disjunção, facilitando a verificação da validade de proposições compostas. Abaixo, apresentamos as tabelas-verdade para cada operador,

Negação

A partir de uma proposição p qualquer, pode-se construir outra, a negação de p , cujo símbolo é $\neg p$.

Exemplos:

- A água é uma substância não polar.
- A membrana plasmática é não lipoprotéica.

Tabela-verdade para p e $\neg p$.

p	$\neg p$
V	F
F	V

Os símbolos lógicos para construção de proposições compostas são: \wedge (lê-se e) e \vee (lê-se ou).

Conectivo e

Colocando o conectivo \wedge entre duas proposições p e q , obtém-se uma nova proposição $p \wedge q$, denominada conjunção das sentenças.

Exemplos:

- p : substâncias apolares atravessam diretamente a bicamada lipídica.
- q : o aminoácido fenilalanina é apolar.
- $p \wedge q$: substâncias apolares atravessam diretamente a bicamada lipídica e o aminoácido fenilalanina é apolar.

Tabela-verdade para a conjunção

Axioma: a conjunção é verdadeira se, e somente se, ambas as proposições são verdadeiras; se ao menos uma delas for falsa, a conjunção é falsa.

p	q	$p \wedge q$
V	V	V
V	F	F
F	V	F
F	F	F

Conectivo ou

Colocando o conectivo \vee entre duas proposições p e q , obtém-se uma nova proposição $p \vee q$, denominada disjunção das sentenças.

Exemplos:

- p : substâncias apolares atravessam diretamente a bicamada lipídica.
- q : substâncias polares usam receptores proteicos para atravessar a bicamada lipídica.
- $p \vee q$: substâncias apolares atravessam diretamente a bicamada lipídica ou substâncias polares usam receptores proteicos para atravessar a bicamada lipídica.

Tabela-verdade para a disjunção

Axioma: a disjunção é verdadeira se ao menos das duas proposições for verdadeira; se ambas forem falsas, então a disjunção é falsa.

p	q	$p \vee q$
V	V	V
V	F	V
F	V	V
F	F	F

ATUALIDADES

BRASIL E MUNDO (ECONOMIA, POLÍTICA E RELAÇÕES EXTERIORES)

A IMPORTÂNCIA DO ESTUDO DE ATUALIDADES

Dentre todas as disciplinas com as quais concurseiros e estudantes de todo o país se preocupam, a de atualidades tem se tornado cada vez mais relevante. Quando pensamos em matemática, língua portuguesa, biologia, entre outras disciplinas, inevitavelmente as colocamos em um patamar mais elevado que outras que nos parecem menos importantes, pois de algum modo nos é ensinado a hierarquizar a relevância de certos conhecimentos desde os tempos de escola.

No, entanto, atualidades é o único tema que insere o indivíduo no estudo do momento presente, seus acontecimentos, eventos e transformações. O conhecimento do mundo em que se vive de modo algum deve ser visto como irrelevante no estudo para concursos, pois permite que o indivíduo vá além do conhecimento técnico e explore novas perspectivas quanto à compreensão de mundo.

Em sua grande maioria, as questões de atualidades em concursos são sobre fatos e acontecimentos de interesse público, mas podem também apresentar conhecimentos específicos do meio político, social ou econômico, sejam eles sobre música, arte, política, economia, figuras públicas, leis etc. Seja qual for a área, as questões de atualidades auxiliam as bancas a peneirarem os candidatos e selecionarem os melhores preparados não apenas de modo técnico.

Sendo assim, estudar atualidades é o ato de se manter constantemente informado. Os temas de atualidades em concursos são sempre relevantes. É certo que nem todas as notícias que você vê na televisão ou ouve no rádio aparecem nas questões, manter-se informado, porém, sobre as principais notícias de relevância nacional e internacional em pauta é o caminho, pois são debates de extrema recorrência na mídia.

O grande desafio, nos tempos atuais, é separar o joio do trigo. Com o grande fluxo de informações que recebemos diariamente, é preciso filtrar com sabedoria o que de fato se está consumindo. Por diversas vezes, os meios de comunicação (TV, internet, rádio etc.) adaptam o formato jornalístico ou informativo para transmitirem outros tipos de informação, como fofocas, vidas de celebridades, futebol, acontecimentos de novelas, que não devem de modo algum serem inseridos como parte do estudo de atualidades. Os interesses pessoais em assuntos deste cunho não são condenáveis de modo algum, mas são triviais quanto ao estudo.

Ainda assim, mesmo que tentemos nos manter atualizados através de revistas e telejornais, o fluxo interminável e ininterrupto de informações veiculados impede que saibamos de fato

como estudar. Apostilas e livros de concursos impressos também se tornam rapidamente desatualizados e obsoletos, pois atualidades é uma disciplina que se renova a cada instante.

O mundo da informação está cada vez mais virtual e tecnológico, as sociedades se informam pela internet e as compartilham em velocidades incalculáveis. Pensando nisso, a editora prepara mensalmente o material de atualidades de mais diversos campos do conhecimento (tecnologia, Brasil, política, ética, meio ambiente, jurisdição etc.) na “Área do Cliente”.

Lá, o concurseiro encontrará um material completo de aula preparado com muito carinho para seu melhor aproveitamento. Com o material disponibilizado online, você poderá conferir e checar os fatos e fontes de imediato através dos veículos de comunicação virtuais, tornando a ponte entre o estudo desta disciplina tão fluida e a veracidade das informações um caminho certo.

QUESTÃO AMBIENTAL

A questão ambiental refere-se ao conjunto de problemas, desafios e debates relacionados à interação entre as atividades humanas e o meio ambiente. Trata-se de um tema transversal, que envolve dimensões ecológicas, econômicas, sociais, políticas e culturais, sendo central nas discussões contemporâneas sobre desenvolvimento sustentável.

A problemática ambiental surge quando o uso dos recursos naturais ultrapassa a capacidade de regeneração dos ecossistemas, comprometendo o equilíbrio ambiental e a qualidade de vida das populações. Nesse sentido, não se trata apenas da natureza em si, mas da forma como a sociedade organiza sua produção, consumo e ocupação do espaço.

Para compreender melhor esse conceito, é importante considerar os principais elementos que compõem a questão ambiental:

- Uso intensivo dos recursos naturais sem planejamento adequado.
- Geração de impactos ambientais decorrentes das atividades econômicas.
- Interferência humana nos ciclos naturais.
- Conflitos entre crescimento econômico e preservação ambiental.
- Desigualdade na distribuição dos impactos ambientais entre diferentes grupos sociais.

Esses aspectos demonstram que a questão ambiental vai além de um problema ecológico, sendo também uma questão social e política.

AMOSTRA

▶ **Relação entre sociedade, economia e natureza****Interdependência entre os sistemas**

A relação entre sociedade, economia e natureza é marcada por uma forte interdependência. A natureza fornece os recursos necessários para a produção econômica, como água, energia, solo e matérias-primas, enquanto a sociedade organiza e transforma esses recursos em bens e serviços.

No entanto, esse processo frequentemente ocorre de maneira predatória, especialmente em modelos econômicos baseados no crescimento contínuo e no consumo intensivo. A exploração excessiva dos recursos naturais pode levar à degradação ambiental, à escassez de recursos e à perda de biodiversidade.

Essa relação pode ser sintetizada na seguinte tabela:

Elemento	Função principal	Impacto na questão ambiental
Natureza	Fornecimento de recursos e serviços ecológicos	Sofre degradação e esgotamento
Economia	Transformação de recursos em bens	Gera impactos e pressões ambientais
Sociedade	Consumo e organização social	Determina padrões de uso e exploração

A análise dessa interdependência é essencial para compreender que soluções ambientais exigem mudanças estruturais nos padrões de produção e consumo.

▶ **Origem histórica dos problemas ambientais modernos****Industrialização e intensificação dos impactos**

Os problemas ambientais contemporâneos têm origem, em grande parte, no processo de industrialização iniciado no século XVIII, com a Revolução Industrial. Esse período marcou uma transformação profunda na forma de produção, com o uso intensivo de máquinas, combustíveis fósseis e recursos naturais.

A partir desse momento, houve um aumento significativo na extração de recursos e na emissão de poluentes, intensificando os impactos ambientais. O crescimento urbano acelerado e a expansão das atividades industriais contribuíram para a degradação ambiental em larga escala.

Entre os principais fatores históricos que impulsionaram a questão ambiental, destacam-se:

- Expansão industrial baseada no uso de carvão e petróleo.
- Crescimento populacional e aumento da demanda por recursos.
- Urbanização desordenada e falta de planejamento ambiental.
- Modelo econômico centrado no consumo e na produção em massa.

Esses processos históricos ajudam a explicar por que a questão ambiental se tornou um dos principais desafios do século XXI.

▶ **Crescimento econômico e pressão sobre recursos naturais****Limites do modelo de desenvolvimento tradicional**

O crescimento econômico, especialmente quando baseado na exploração intensiva dos recursos naturais, exerce forte pressão sobre o meio ambiente. O modelo tradicional de desenvolvimento, centrado no aumento da produção e do consumo, tende a ignorar os limites ecológicos do planeta.

Esse padrão resulta em problemas como desmatamento, poluição, esgotamento de recursos e mudanças climáticas. Além disso, muitas vezes os benefícios do crescimento econômico não são distribuídos de forma equitativa, enquanto os impactos ambientais recaem de maneira desproporcional sobre populações vulneráveis.

A compreensão desses limites levou ao surgimento do conceito de desenvolvimento sustentável, que busca conciliar crescimento econômico com preservação ambiental e justiça social.

▶ **Importância da questão ambiental nas atualidades****Centralidade do tema no cenário global**

A questão ambiental tornou-se um dos temas mais relevantes da atualidade, sendo objeto de debates internacionais, políticas públicas e mobilizações sociais. Problemas como mudanças climáticas, perda de biodiversidade e escassez de recursos afetam diretamente a economia, a saúde e a estabilidade social.

Hoje, a preocupação ambiental está presente em diversas áreas, incluindo:

- Formulação de políticas públicas nacionais e internacionais.
- Estratégias empresariais e responsabilidade socioambiental.
- Educação e conscientização da população.
- Investimentos e mercados financeiros sustentáveis.

Dessa forma, compreender os fundamentos da questão ambiental é essencial para analisar os desafios contemporâneos e pensar em soluções viáveis para o futuro.

PRINCIPAIS PROBLEMAS AMBIENTAIS CONTEMPORÂNEOS▶ **Mudanças climáticas e aquecimento global****Causas, evidências e consequências**

As mudanças climáticas representam um dos mais graves problemas ambientais da atualidade. Elas consistem em alterações nos padrões climáticos globais, especialmente o aumento da temperatura média do planeta, fenômeno conhecido como aquecimento global.

A principal causa desse processo é a intensificação do efeito estufa, decorrente da emissão excessiva de gases como dióxido de carbono (CO₂), metano (CH₄) e óxidos de nitrogênio, resultantes principalmente da queima de combustíveis fósseis, desmatamento e atividades industriais.

As consequências das mudanças climáticas são amplas e afetam diferentes dimensões da vida no planeta. Para organizar essas implicações, é importante observar:

CONHECIMENTOS PEDAGÓGICOS

PROCESSO DE ENSINAR E APRENDER

O processo de ensinar e aprender é a base de toda a educação formal e informal, sendo fundamental para o desenvolvimento pessoal e social dos indivíduos. Ele envolve uma interação complexa entre professores, alunos, métodos pedagógicos e o ambiente educacional. A educação é mais do que a simples transmissão de conhecimentos: ela visa à formação integral do ser humano, promovendo o desenvolvimento de habilidades cognitivas, emocionais e sociais. Nesta perspectiva, entender o processo de ensino e aprendizagem é essencial tanto para educadores quanto para alunos, pois influencia diretamente o sucesso educacional.

Neste contexto, o ensino envolve não apenas a apresentação de conteúdos, mas a criação de condições para que os alunos possam construir seu próprio conhecimento. A aprendizagem, por sua vez, é um processo ativo de assimilação e acomodação de novas informações, baseado em experiências prévias e no contexto sociocultural de cada estudante.

O PAPEL DO PROFESSOR NO PROCESSO DE ENSINO

O professor ocupa um papel central no processo de ensino. Ele não é apenas um transmissor de informações, mas um mediador que facilita a construção do conhecimento pelos alunos. O docente deve conhecer profundamente o conteúdo que ensina e, além disso, dominar técnicas pedagógicas que promovam o engajamento e a motivação dos estudantes.

- **Mediador do conhecimento:** O professor precisa atuar como um facilitador, ajudando os alunos a conectarem novos conceitos com o que já sabem.
- **Desenvolvedor de habilidades críticas:** O ensino deve ir além da memorização. O professor deve promover o desenvolvimento do pensamento crítico e da capacidade de resolver problemas.
- **Inspiração e motivação:** Um bom professor consegue despertar a curiosidade nos alunos, incentivando a autonomia e a busca por novos conhecimentos.

Um grande desafio para os professores é adaptar suas metodologias ao perfil dos alunos, considerando as diferentes formas de aprender. Por isso, o professor também precisa estar em constante desenvolvimento profissional, buscando novas estratégias de ensino e refletindo sobre sua prática pedagógica.

O PAPEL DO ALUNO NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM

A aprendizagem é um processo ativo e pessoal. O aluno não deve ser visto como um receptor passivo de informações, mas como protagonista de sua própria educação. Nesse sentido, a aprendizagem ocorre de maneira mais eficaz quando o aluno está motivado, curioso e engajado com os conteúdos propostos.

- **Autonomia:** O estudante precisa desenvolver a capacidade de aprender de forma independente, buscando fontes complementares de informação e desenvolvendo suas próprias estratégias de estudo.
- **Engajamento:** A participação ativa nas atividades propostas pelo professor é crucial para uma aprendizagem significativa. O aluno deve se envolver em discussões, trabalhos em grupo e reflexões críticas sobre o conteúdo.
- **Metacognição:** É importante que o aluno desenvolva a habilidade de refletir sobre seu próprio processo de aprendizagem, identificando seus pontos fortes e os aspectos que precisam ser melhorados.

Assim, um dos principais objetivos da educação moderna é formar alunos autônomos, capazes de continuar aprendendo ao longo de toda a vida, um conceito conhecido como “aprendizagem ao longo da vida” ou *lifelong learning*.

MÉTODOS E TÉCNICAS DE ENSINO-APRENDIZAGEM

O sucesso do processo de ensino-aprendizagem depende da escolha de métodos pedagógicos adequados ao perfil dos alunos e aos objetivos de cada disciplina. Existem várias abordagens que podem ser adotadas, desde as mais tradicionais até as mais inovadoras:

- **Método expositivo:** Tradicionalmente, o método expositivo é caracterizado pela apresentação direta do conteúdo pelo professor. Ele é eficiente em determinadas situações, mas pode ser limitador em termos de engajamento.
- **Ensino por investigação:** Promove a curiosidade dos alunos, desafiando-os a explorar e descobrir novos conhecimentos por meio da pesquisa e do questionamento.
- **Aprendizagem baseada em problemas (PBL):** Esse método coloca os alunos no centro do processo, desafiando-os a resolver problemas reais ou simulados, promovendo o desenvolvimento de habilidades práticas e teóricas.
- **Tecnologias educacionais:** O uso de tecnologias, como plataformas digitais, vídeos, simulações e jogos, tem se mostrado eficaz para diversificar as formas de aprender e tornar o conteúdo mais acessível.

AMOSTRA

Cada método tem suas vantagens e desvantagens, e cabe ao professor avaliar qual é o mais adequado para cada situação de ensino, levando em conta as necessidades e características da turma.

A IMPORTÂNCIA DA AVALIAÇÃO NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

A avaliação é uma parte indispensável do processo de ensino e aprendizagem, pois permite tanto ao professor quanto ao aluno compreenderem o progresso feito em relação aos objetivos estabelecidos. Existem diferentes tipos de avaliação, cada uma com finalidades específicas:

- **Avaliação diagnóstica:** Realizada no início de um período letivo ou de um novo conteúdo, tem o objetivo de identificar o nível de conhecimento prévio dos alunos e suas necessidades.
- **Avaliação formativa:** Acontece ao longo do processo de ensino, fornecendo feedback constante para que o professor possa ajustar suas estratégias e os alunos possam corrigir eventuais dificuldades.
- **Avaliação somativa:** Realizada ao final de um ciclo de aprendizagem, essa avaliação tem o objetivo de verificar se os alunos atingiram os objetivos propostos.

Além disso, a avaliação deve ser vista não apenas como uma forma de medir o desempenho, mas também como uma ferramenta de aprendizagem. Avaliações reflexivas, como auto-avaliações e portfólios, podem ajudar os alunos a desenvolver uma maior consciência de seu progresso.

PEDAGOGIA DA INFÂNCIA. DIMENSÕES HUMANAS DIREITOS DA INFÂNCIA

A pedagogia da infância é uma disciplina que vai além da mera transmissão de conhecimento, envolvendo uma compreensão profunda das dimensões humanas, respeito pelos direitos da infância, a promoção da recreação e a atenção cuidadosa ao desenvolvimento integral da criança. A pedagogia da infância não se limita apenas à transmissão de informações; ela envolve uma compreensão profunda das dimensões humanas que moldam o desenvolvimento da criança. Essas dimensões incluem aspectos físicos, emocionais, sociais e cognitivos. Ao considerar todas essas facetas, os educadores de infância podem criar ambientes de aprendizado que promovem o desenvolvimento integral.

Os aspectos físicos referem-se ao crescimento físico e ao desenvolvimento motor da criança. A pedagogia da infância reconhece a importância de atividades físicas e jogos para promover o desenvolvimento motor e habilidades fundamentais, como coordenação, equilíbrio e destreza.

A dimensão emocional é crucial na pedagogia da infância. Educadores devem estar atentos às emoções das crianças, ajudando-as a desenvolver habilidades emocionais, como a expressão adequada de sentimentos, a empatia e a compreensão das emoções dos outros. Um ambiente emocionalmente seguro é fundamental para o bem-estar da criança.

A interação social é uma parte fundamental do desenvolvimento infantil. A pedagogia da infância reconhece a importância de criar oportunidades para as crianças interagirem entre si, desenvolvendo habilidades sociais, como comunicação, cooperação e resolução de conflitos. Essa dimensão contribui para a formação de cidadãos socialmente competentes.

O desenvolvimento cognitivo abrange a aquisição de conhecimento, habilidades intelectuais e a capacidade de resolver problemas. A pedagogia da infância incentiva a exploração, a curiosidade e a criação de ambientes de aprendizado estimulantes que desafiem as mentes jovens.

DIREITOS DA INFÂNCIA NA PEDAGOGIA DA INFÂNCIA

A Convenção sobre os Direitos da Criança, adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1989, estabelece os direitos fundamentais de todas as crianças. A pedagogia da infância incorpora esses direitos como princípios orientadores, garantindo que a educação seja um veículo para a promoção e proteção desses direitos.

A pedagogia da infância reconhece o direito de todas as crianças à educação de qualidade desde os primeiros anos de vida. Isso implica a criação de ambientes educacionais inclusivos, acessíveis e adaptados às necessidades individuais das crianças.

As crianças têm o direito de expressar suas opiniões e serem ouvidas em questões que as afetam. A pedagogia da infância promove a participação ativa das crianças em seu próprio processo de aprendizado, incentivando a tomada de decisões, a expressão criativa e o respeito pelas diferentes perspectivas.

A pedagogia da infância cria um ambiente seguro e protetor para as crianças. Educadores são responsáveis por garantir a segurança física e emocional dos alunos, promovendo a prevenção de qualquer forma de violência, abuso ou negligência.

O direito ao brincar é um elemento fundamental na pedagogia da infância. A recreação e o jogo são reconhecidos como ferramentas essenciais para o desenvolvimento físico, emocional, social e cognitivo da criança. A pedagogia da infância incentiva a criação de espaços de jogo e a valorização da importância do tempo livre e espontâneo.

RECREAÇÃO

A recreação desempenha um papel central na pedagogia da infância, sendo considerada uma forma essencial de aprendizado para as crianças. Através do brincar, as crianças exploram o mundo ao seu redor, desenvolvem habilidades sociais, experimentam diferentes papéis e fortalecem seu vínculo com os outros.

A pedagogia da infância defende o valor do brincar livre, onde as crianças têm a oportunidade de escolher suas atividades, explorar sua criatividade e interagir com os outros de maneira não estruturada. O brincar livre contribui para o desenvolvimento autônomo e o senso de iniciativa.

Além do brincar livre, a pedagogia da infância reconhece o valor dos jogos estruturados para promover habilidades específicas. Jogos educativos podem ser projetados para abordar objetivos pedagógicos, facilitando a assimilação de conhecimento de forma lúdica e envolvente.

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO (LDB)

LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996

Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I DA EDUCAÇÃO

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

§ 1º Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.

§ 2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.

TÍTULO II DOS PRINCÍPIOS E FINS DA EDUCAÇÃO NACIONAL

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;

IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;

V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

VII - valorização do profissional da educação escolar;

VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos respectivos Estados e Municípios e do Distrito Federal; (Redação dada pela Lei nº 14.644, de 2023)

IX - garantia de padrão de qualidade; (Vide Decreto nº 11.713, de 2023)

X - valorização da experiência extra-escolar;

XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

XII - consideração com a diversidade étnico-racial. (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

XIII - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida. (Incluído pela Lei nº 13.632, de 2018)

XIV - respeito à diversidade humana, linguística, cultural e identitária das pessoas surdas, surdo-cegas e com deficiência auditiva. (Incluído pela Lei nº 14.191, de 2021)

XV - garantia do direito de acesso a informações públicas sobre a gestão da educação. (Incluído pela Lei nº 15.001, de 2024)

TÍTULO III DO DIREITO À EDUCAÇÃO E DO DEVER DE EDUCAR

Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, organizada da seguinte forma: (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

a) pré-escola; (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

b) ensino fundamental; (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

c) ensino médio; (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

II - educação infantil gratuita às crianças de até 5 (cinco) anos de idade; (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

III - atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino; (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

IV - acesso público e gratuito aos ensinos fundamental e médio para todos os que não os concluíram na idade própria; (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

VII - oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola;

VIII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde; (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

IX - padrões mínimos de qualidade do ensino, definidos como a variedade e a quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem adequados à idade e às necessidades específicas de cada estudante, inclusive mediante a provisão de mobiliário, equipamentos e materiais pedagógicos apropriados; (Redação dada pela Lei nº 14.333, de 2022)

AMOSTRA

X – vaga na escola pública de educação infantil ou de ensino fundamental mais próxima de sua residência a toda criança a partir do dia em que completar 4 (quatro) anos de idade. (Incluído pela Lei nº 11.700, de 2008).

XI – alfabetização plena e capacitação gradual para a leitura ao longo da educação básica como requisitos indispensáveis para a efetivação dos direitos e objetivos de aprendizagem e para o desenvolvimento dos indivíduos. (Incluído pela Lei nº 14.407, de 2022)

XII - educação digital, com a garantia de conectividade de todas as instituições públicas de educação básica e superior à internet em alta velocidade, adequada para o uso pedagógico, com o desenvolvimento de competências voltadas ao letramento digital de jovens e adultos, criação de conteúdos digitais, comunicação e colaboração, segurança e resolução de problemas. (Incluído pela Lei nº 14.533, de 2023) (Vide Decreto nº 11.713, de 2023)

XIII - água potável e infraestrutura física e sanitária adequadas no ambiente escolar. (Incluído pela Lei nº 15.276, de 2025)

Parágrafo único. Para efeitos do disposto no inciso XII do caput deste artigo, as relações entre o ensino e a aprendizagem digital deverão prever técnicas, ferramentas e recursos digitais que fortaleçam os papéis de docência e aprendizagem do professor e do aluno e que criem espaços coletivos de mútuo desenvolvimento. (Incluído pela Lei nº 14.533, de 2023)

Art. 4º-A. É assegurado atendimento educacional, durante o período de internação, ao aluno da educação básica interna para tratamento de saúde em regime hospitalar ou domiciliar por tempo prolongado, conforme dispuser o Poder Público em regulamento, na esfera de sua competência federativa. (Incluído pela Lei nº 13.716, de 2018).

Art. 5º O acesso à educação básica obrigatória é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída e, ainda, o Ministério Público, acionar o poder público para exigí-lo. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

§ 1º O poder público, na esfera de sua competência federativa, deverá: (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

I - recensear anualmente as crianças e adolescentes em idade escolar, bem como os jovens e adultos que não concluíram a educação básica; (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

II - fazer-lhes a chamada pública;

III - zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola.

IV - divulgar a lista de espera por vagas nos estabelecimentos de educação básica de sua rede, inclusive creches, por ordem de colocação e, sempre que possível, por unidade escolar, bem como divulgar os critérios para a elaboração da lista. (Incluído pela Lei nº 14.685, de 2023)

V – garantir aos pais, aos responsáveis e aos estudantes acesso aos resultados das avaliações de qualidade e de rendimento escolar nas instituições de ensino, diretamente realizadas por ele ou em parceria com organizações internacionais. (Incluído pela Lei nº 15.001, de 2024)

§ 2º Em todas as esferas administrativas, o Poder Público assegurará em primeiro lugar o acesso ao ensino obrigatório, nos termos deste artigo, contemplando em seguida os demais níveis e modalidades de ensino, conforme as prioridades constitucionais e legais.

§ 3º Qualquer das partes mencionadas no caput deste artigo tem legitimidade para peticionar no Poder Judiciário, na hipótese do § 2º do art. 208 da Constituição Federal, sendo gratuita e de rito sumário a ação judicial correspondente.

§ 4º Comprovada a negligência da autoridade competente para garantir o oferecimento do ensino obrigatório, poderá ela ser imputada por crime de responsabilidade.

§ 5º Para garantir o cumprimento da obrigatoriedade de ensino, o Poder Público criará formas alternativas de acesso aos diferentes níveis de ensino, independentemente da escolarização anterior.

§ 6º Incumbe ao poder público promover, nos termos de regulamento, o acesso público às informações educacionais do censo anual e dos exames e sistemas de avaliação da educação básica, considerado todo o processo de realização dessas atividades. (Incluído pela Lei nº 15.017, de 2024)

§ 7º A organização e a manutenção de sistema de informações e estatísticas educacionais pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, no âmbito da administração direta e indireta, sujeitar-se-ão ao dever de transparência e publicidade como preceitos gerais e ao direito fundamental de acesso à informação de que trata a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação). (Incluído pela Lei nº 15.017, de 2024)

§ 8º Dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, sempre que possível, de forma anonimizada, observados os parâmetros para anonimização previstos em regulamento. (Incluído pela Lei nº 15.017, de 2024)

Art. 5º-A Aplica-se o disposto nos §§ 6º, 7º e 8º do art. 5º desta Lei às informações educacionais do censo, dos exames e do sistema de avaliação da educação superior. (Incluído pela Lei nº 15.017, de 2024)

Art. 6º É dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula das crianças na educação básica a partir dos 4 (quatro) anos de idade. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

Art. 7º O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições:

I - cumprimento das normas gerais da educação nacional e do respectivo sistema de ensino;

II - autorização de funcionamento e avaliação de qualidade pelo Poder Público;

III - capacidade de autofinanciamento, ressalvado o previsto no art. 213 da Constituição Federal.

Art. 7º-A Ao aluno regularmente matriculado em instituição de ensino pública ou privada, de qualquer nível, é assegurado, no exercício da liberdade de consciência e de crença, o direito de, mediante prévio e motivado requerimento, ausentar-se de prova ou de aula marcada para dia em que, segundo os preceitos de sua religião, seja vedado o exercício de tais atividades, devendo-se-lhe atribuir, a critério da instituição e sem custos para o aluno, uma das seguintes prestações alternativas, nos termos do inciso VIII do caput do art. 5º da Constituição Federal: (Incluído pela Lei nº 13.796, de 2019) (Vigência)

I - prova ou aula de reposição, conforme o caso, a ser realizada em data alternativa, no turno de estudo do aluno ou em outro horário agendado com sua anuência expressa; (Incluído pela Lei nº 13.796, de 2019) (Vigência)

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – LÍNGUA PORTUGUESA

ANÁLISE DE TEXTOS (INTERPRETAÇÃO, ESTRUTURA, FUNÇÕES, RELAÇÕES LINGUÍSTICAS)

Prezado (a), o tema acima supracitado, já foi abordado na matéria de Língua Portuguesa.

Bons estudos!

ANOTAÇÕES

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – MATEMÁTICA

NÚMEROS NATURAIS E RACIONAIS. OPERAÇÕES MATEMÁTICAS

CONJUNTO DOS NÚMEROS NATURAIS (N)

Os números naturais são utilizados para contar e ordenar elementos. Começando do zero e somando uma unidade sucessivamente, formamos um conjunto infinito:

$$\mathbb{N} = \{0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, \dots\}$$

Em algumas situações, exclui-se o zero do conjunto dos naturais. Esse subconjunto é representado por:

$$\mathbb{N}^* = \{1, 2, 3, 4, 5, 6, \dots\}$$

Esse conjunto é fundamental e está presente em diversas situações do cotidiano, como contar objetos, identificar posições e registrar quantidades.

► Sucessor de um Número Natural

Todo número natural possui um sucessor, ou seja, um número que vem imediatamente depois dele na contagem.

- O sucessor de 0 é 1.
- O sucessor de 19 é 20.
- O sucessor de 1000 é 1001.

► Antecessor de um Número Natural

Todo número natural, exceto o zero, possui um antecessor, ou seja, um número que vem imediatamente antes dele.

- O antecessor de 2 é 1.
- O antecessor de 10 é 9.
- O antecessor de 56 é 55.

► Operações com Números Naturais

▪ **Adição:** A adição é uma operação fechada no conjunto dos números naturais, ou seja, a soma de dois números naturais é sempre um número natural.

Exemplo: $3 + 4 = 7$ (e 7 também é natural)

▪ **Subtração:** A subtração não é uma operação fechada em \mathbb{N} , pois o resultado pode não pertencer ao conjunto dos naturais, especialmente quando o subtraendo é maior que o minuendo.

Exemplos:

$7 - 2 = 5 \rightarrow$ pertence aos naturais

$2 - 7 = -5 \rightarrow$ Não pertence aos naturais, pois -5 não é natural

▪ **Multiplicação:** A multiplicação também é fechada em \mathbb{N} , ou seja, o produto de dois naturais é sempre um natural.

Exemplo: $4 \times 3 = 12$

▪ **Divisão:** A divisão nem sempre resulta em um número natural, então não é fechada em \mathbb{N} .

Exemplos:



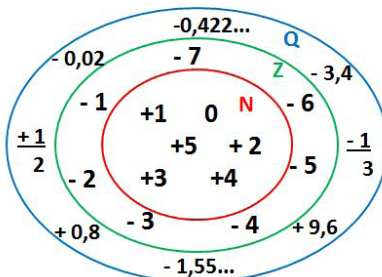
AMOSTRA

$6 \div 3 = 2 \rightarrow$ pertence aos naturais

$5 \div 2 = 2,5 \rightarrow$ Não pertence aos naturais, pois 2,5 não é natural

CONJUNTO DOS NÚMEROS RACIONAIS (Q)

Um número racional é o que pode ser escrito na forma $\frac{m}{n}$, onde m e n são números inteiros, sendo que n deve ser diferente de zero. Frequentemente usamos m/n para significar a divisão de m por n.



N C Z C Q (N está contido em Z que está contido em Q)

► Subconjuntos

SÍMBOLO	REPRESENTAÇÃO	DESCRIÇÃO
*	Q^*	Conjunto dos números racionais não nulos
+	Q_+	Conjunto dos números racionais não negativos
* e +	Q^*_+	Conjunto dos números racionais positivos
-	Q_-	Conjunto dos números racionais não positivos
* e -	Q^*_-	Conjunto dos números racionais negativos

► Representação decimal

Podemos representar um número racional, escrito na forma de fração, em número decimal. Para isso temos duas maneiras possíveis:

- O numeral decimal obtido possui, após a vírgula, um número finito de algarismos. Decimais Exatos:

$$\frac{2}{5} = 0,4$$

- O numeral decimal obtido possui, após a vírgula, infinitos algarismos (nem todos nulos), repetindo-se periodicamente Decimais Periódicos ou Dízimas Periódicas:

$$\frac{1}{3} = 0,333\dots$$

► Representação Fracionária

É a operação inversa da anterior. Aqui temos duas maneiras possíveis:

- Transformando o número decimal em uma fração numerador é o número decimal sem a vírgula e o denominador é composto pelo numeral 1, seguido de tantos zeros quantas forem as casas decimais do número decimal dado. Ex.:

$$0,035 = \frac{35}{1000}$$

- Através da fração geratriz. Aí temos o caso das dízimas periódicas que podem ser simples ou compostas.

Simplex: o seu período é composto por um mesmo número ou conjunto de números que se repete infinitamente. Exemplos:



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – CIÊNCIAS DA NATUREZA

SERES VIVOS E AMBIENTE

CARACTERÍSTICAS DOS SERES VIVOS E SUAS NECESSIDADES

Os seres vivos apresentam características que os diferenciam dos elementos não vivos da natureza. Embora existam muitas diferenças entre uma árvore, um peixe, uma bactéria, um cachorro, uma pessoa e um fungo, todos os seres vivos realizam processos fundamentais relacionados à manutenção da vida. De modo geral, eles nascem, crescem, alimentam-se, respiram, respondem a estímulos, podem se reproduzir e, em algum momento, morrem. Essas características ajudam os estudantes a compreenderem o que é vida e como os organismos se mantêm em interação com o ambiente.

Uma das necessidades básicas dos seres vivos é a obtenção de energia. Os organismos precisam de energia para crescer, movimentar-se, produzir substâncias, manter o funcionamento do corpo e realizar suas atividades vitais. As plantas produzem seu próprio alimento por meio da fotossíntese, processo em que utilizam luz solar, água, gás carbônico e sais minerais para produzir substâncias necessárias ao seu desenvolvimento. Por isso, a luz, a água e o solo adequado são tão importantes para a vida vegetal. Quando uma planta fica muito tempo sem luz ou sem água, seu crescimento é prejudicado e ela pode morrer.

Os animais, diferentemente das plantas, não produzem seu próprio alimento. Eles precisam alimentar-se de outros seres vivos ou de partes deles. Alguns animais comem plantas, como bois, coelhos e gafanhotos. Outros alimentam-se de animais, como leões, serpentes e algumas aves. Há também animais que comem tanto plantas quanto animais, como seres humanos, porcos e galinhas. Essa diversidade de formas de alimentação mostra que os seres vivos estão conectados por relações de dependência. Um animal depende de outro organismo para obter alimento, e esse alimento depende, direta ou indiretamente, das plantas e da energia solar.

A água é outra necessidade fundamental. Todos os seres vivos dependem dela em maior ou menor quantidade. A água participa de processos internos do organismo, ajuda no transporte de substâncias, regula a temperatura corporal em muitos animais e é essencial para o crescimento das plantas. Em ambientes onde há pouca água, como regiões desérticas, os seres vivos apresentam características que ajudam na sobrevivência. Algumas plantas armazenam água em seus caules ou folhas; alguns animais têm hábitos noturnos para evitar o calor intenso; outros conseguem passar longos períodos com pouca ingestão de água.

O ar também é indispensável para muitos seres vivos. A maioria dos animais precisa de oxigênio para respirar. Os seres humanos respiram por meio dos pulmões; os peixes retiram oxigênio dissolvido na água por meio das brânquias; os insetos

possuem estruturas próprias para trocas gasosas. As plantas também realizam trocas gasosas com o ambiente, utilizando gás carbônico na fotossíntese e liberando oxigênio como parte desse processo. Isso mostra que a atmosfera e os organismos vivos mantêm relações constantes.

Além de alimento, água e ar, muitos seres vivos precisam de abrigo e proteção. Os ninhos das aves, as tocas de alguns mamíferos, os cascos de tartarugas, as conchas de moluscos, as cascas das árvores e os esconderijos usados por pequenos animais mostram diferentes formas de proteção. O abrigo ajuda os organismos a se protegerem de predadores, temperaturas extremas, chuva, vento ou outras condições desfavoráveis. Para os seres humanos, a moradia também cumpre função de proteção, embora envolva dimensões sociais e culturais mais amplas.

Os seres vivos também respondem a estímulos do ambiente. Uma planta pode crescer em direção à luz; um animal pode fugir ao perceber perigo; uma pessoa retira a mão ao tocar algo muito quente; algumas flores se abrem em determinados períodos do dia; certos animais mudam seu comportamento conforme a temperatura ou a presença de alimento. Essas respostas mostram que os organismos percebem mudanças no ambiente e reagem a elas de diferentes formas.

A reprodução é outra característica importante. Por meio dela, os seres vivos originam novos indivíduos, garantindo a continuidade da espécie. Algumas plantas se reproduzem por sementes; outras podem se multiplicar por partes do caule, raiz ou folhas. Os animais apresentam diferentes formas de reprodução e cuidado com os filhotes. Há espécies que colocam ovos, como aves, peixes e muitos répteis; outras geram filhotes no corpo da fêmea, como mamíferos. Observar ciclos de vida, como o de uma planta ou de uma borboleta, ajuda a criança a compreender nascimento, crescimento, transformação e continuidade da vida.

RELAÇÕES ENTRE OS SERES VIVOS

Os seres vivos mantêm muitas relações entre si. Essas relações podem envolver alimentação, proteção, abrigo, reprodução, competição, cooperação e decomposição. Compreender essas interações é essencial para perceber que a natureza funciona como uma rede de dependências. Nenhum organismo existe de forma completamente isolada. Mesmo seres pequenos, como insetos, fungos e bactérias, desempenham funções importantes nos ambientes.

Uma das relações mais conhecidas é a relação alimentar. Os seres vivos precisam obter energia, e essa energia circula no ambiente por meio das cadeias alimentares. As plantas ocupam papel fundamental porque são produtoras. Elas produzem seu próprio alimento por meio da fotossíntese e servem de base para muitas cadeias alimentares. Um capim pode ser alimento para um gafanhoto; o gafanhoto pode servir de alimento para um sapo; o sapo pode ser alimento para uma cobra; e a cobra pode ser alimento para uma ave de rapina. Esse exemplo simples mostra que os organismos estão conectados.

AMOSTRA

Os animais que se alimentam de plantas são chamados herbívoros. Eles dependem diretamente dos vegetais para sobreviver. Os carnívoros alimentam-se de outros animais. Já os onívoros podem alimentar-se tanto de plantas quanto de animais. Essas categorias ajudam os estudantes a compreenderem diferentes hábitos alimentares, mas é importante evitar uma visão rígida demais, pois na natureza há grande diversidade de comportamentos alimentares. O mais importante é perceber que a alimentação cria relações de dependência entre os seres vivos.

Os decompositores também têm papel essencial. Fungos, bactérias e outros organismos participam da decomposição de restos de plantas, animais mortos, folhas caídas, frutas apodrecidas e outros materiais orgânicos. Ao decompor essa matéria, devolvem nutrientes ao solo, permitindo que novas plantas cresçam. Muitas vezes, os decompositores são pouco lembrados pelas crianças, porque não são tão visíveis quanto animais maiores ou plantas. No entanto, sem eles, haveria acúmulo de matéria orgânica e os nutrientes não retornariam ao ambiente de forma adequada.

Além da alimentação, existem relações de cooperação. Algumas espécies se beneficiam mutuamente. Um exemplo simples é a relação entre flores e polinizadores, como abelhas, borboletas e alguns pássaros. Ao buscar néctar, esses animais transportam pólen de uma flor para outra, contribuindo para a reprodução das plantas. Ao mesmo tempo, obtêm alimento. Essa relação mostra que os seres vivos podem depender uns dos outros de maneiras que não envolvem predação.

Há também relações de competição. Os seres vivos podem competir por alimento, luz, água, espaço ou parceiros reprodutivos. Em uma floresta, plantas competem pela luz solar; em um ambiente com pouca água, diferentes organismos podem disputar esse recurso; animais de uma mesma espécie podem competir por território ou alimento. A competição faz parte da dinâmica dos ambientes, especialmente quando os recursos são limitados.

Outra relação importante é a de abrigo. Muitas árvores servem de moradia para aves, insetos e pequenos mamíferos. Buracos no solo podem abrigar animais. Recifes de corais oferecem proteção para peixes e outros organismos marinhos. Até mesmo folhas secas no chão podem servir de abrigo para pequenos seres vivos. Assim, o ambiente físico e os próprios organismos podem oferecer proteção e condições de sobrevivência.

As relações entre seres vivos também podem ser afetadas pelas mudanças ambientais. Se uma área é desmatada, os animais que dependiam das árvores perdem alimento, abrigo e locais de reprodução. Se um rio é poluído, peixes, plantas aquáticas, aves e comunidades humanas podem ser prejudicados. Se uma espécie desaparece, outras que dependiam dela também podem ser afetadas. Isso mostra que a alteração de um elemento do ambiente pode gerar consequências para muitos outros.

Nos anos iniciais, o ensino dessas relações pode ser feito por meio de exemplos simples, desenhos, histórias, observação de jardins, montagem de cadeias alimentares, cuidado com hortas e análise de situações do cotidiano. O estudante pode observar formigas, pássaros, plantas, minhocas, flores e pequenos insetos, percebendo que cada organismo participa de relações. Também pode construir cartazes mostrando “quem se alimenta de quem” ou “que seres vivem em determinado ambiente”.

Compreender as relações entre os seres vivos ajuda a criança a superar uma visão fragmentada da natureza. Ela passa a perceber que a vida é interdependente. Plantas, animais, fungos, microrganismos e seres humanos fazem parte de redes de relações. Essa compreensão é fundamental para desenvolver respeito pela biodiversidade e consciência sobre a importância do equilíbrio ambiental.

AMBIENTES NATURAIS, ADAPTAÇÕES E DIVERSIDADE DA VIDA

A vida na Terra é extremamente diversa. Existem seres vivos em florestas, rios, mares, campos, desertos, manguezais, cavernas, regiões geladas, jardins, hortas, cidades e muitos outros ambientes. Cada ambiente apresenta condições próprias de luz, temperatura, umidade, solo, água, vento, salinidade, disponibilidade de alimento e presença de outros organismos. Essas condições influenciam quais seres vivos conseguem viver em cada local e como eles se comportam.

As florestas, por exemplo, costumam apresentar grande diversidade de plantas, animais, fungos e microrganismos. A presença de muitas árvores cria sombra, abrigo, alimento e umidade para diferentes espécies. Pássaros podem construir ninhos nos galhos; insetos podem viver nas folhas ou no solo; macacos podem se deslocar entre as árvores; fungos podem decompor matéria orgânica; raízes ajudam a proteger o solo. Em uma floresta, a vida aparece em muitos níveis: no alto das árvores, nos troncos, no chão, sob as folhas e até dentro do solo.

Os ambientes aquáticos, como rios, lagos, mares e oceanos, apresentam outras condições. Neles, os seres vivos precisam estar adaptados à vida na água. Peixes possuem estruturas que favorecem a locomoção e a respiração aquática. Plantas aquáticas apresentam formas de sobreviver submersas ou flutuando. Alguns animais vivem no fundo, outros nadam livremente, outros dependem das margens. A quantidade de luz, a profundidade, a temperatura e a qualidade da água influenciam a presença dos organismos.

Os desertos apresentam pouca disponibilidade de água e temperaturas geralmente extremas. Por isso, os seres vivos desses ambientes possuem características que favorecem a economia de água e a resistência ao calor. Os cactos, por exemplo, armazenam água em seus tecidos e possuem espinhos em vez de folhas largas, o que reduz a perda de água. Alguns animais do deserto têm hábitos noturnos, evitando o calor intenso do dia. Esses exemplos mostram que as características dos seres vivos estão relacionadas às condições dos ambientes.

As adaptações são características que favorecem a sobrevivência dos organismos em determinado ambiente. Elas podem estar relacionadas ao corpo, ao comportamento ou ao modo de vida. O bico de uma ave, por exemplo, pode indicar o tipo de alimento que ela consome. Aves que comem sementes podem ter bicos fortes; aves que se alimentam de néctar podem ter bicos longos e finos; aves de rapina possuem bicos curvos e fortes para rasgar alimentos. Esses exemplos ajudam os estudantes a perceberem a relação entre forma e função.

A locomoção também revela adaptações. Peixes nadam com nadadeiras; aves voam com asas; cobras rastejam; sapos saltam; macacos escalam; insetos podem andar, saltar ou voar. Cada modo de locomoção se relaciona ao ambiente e ao modo de vida

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – HISTÓRIA/GEOGRAFIA

FONTES HISTÓRICAS E FORMAÇÃO DO BRASIL

RAÍZES INDÍGENAS E CONTEXTO AMBIENTAL

► Culturas pré-coloniais e evidências arqueológicas

Os estudos arqueológicos revelam uma impressionante diversidade cultural pré-colonial no território que hoje chamamos Brasil. Datados de mais de 12 000 anos, sítios como Pedra Furada (PI) e Lagoa Santa (MG) indicam ocupações humanas contínuas e complexas, refutando a antiga ideia de um espaço vazio antes da chegada europeia. As sucessivas tradições líticas, cerâmicas e funerárias mostram a evolução tecnológica dos grupos e suas adaptações ambientais. A cerâmica da Fase Açutuba, por exemplo, indica técnicas refinadas de queima controlada e decoração geométrica, associadas a comunidades ribeirinhas da Amazônia. Já a tradição Santarém revela policromia sofisticada, simbolizando identidades coletivas e estruturas sociais hierarquizadas. A classificação desses materiais permite reconstruir padrões de mobilidade, redes de troca e interação entre etnias. A análise polínica dos solos (palinologia) complementa o quadro ao evidenciar práticas agrícolas antigas, como o cultivo de mandioca e milho em terra preta. Assim, as fontes materiais oferecem um mosaico de ocupações variadas que desconstróem estereótipos de homogeneidade cultural indígena.

Principais evidências

- Pinturas rupestres em cavernas e abrigos, retratando cenas de caça, rituais e fauna extinta.
- Artefatos líticos lascados e polidos, indicando diferentes níveis de especialização técnica.
- Cerâmicas regionais (Açutuba, Santarém, Marajoara) como marcadores de identidade e cronologia.
- Sepultamentos com ajuares funerários que revelam estruturas sociais complexas.

► Condicionantes geográficos das ocupações indígenas

A distribuição dos grupos indígenas esteve intimamente ligada aos biomas e aos ciclos climáticos holocênicos. Nos interflúvios amazônicos, a fertilidade limitada do solo estimulou práticas de agricultura itinerante com coivara, enquanto nas várzeas a abundância de peixes favoreceu assentamentos permanentes e a produção de terra preta. No Cerrado, a sazonalidade pronunciada levou à complementação entre coleta de frutos do cerrado e roças de subsistência. Já no litoral atlântico, a presença de sambaquis — montículos de conchas e ossos — demonstra o uso intensivo de recursos marinhos e a formação de aldeias sedentárias anterior à chegada portuguesa. Os grandes rios atuaram como eixos de circulação, conectando populações distantes

e permitindo trocas de bens e técnicas. A floresta, longe de ser barreira, constituiu meio de vida e rota de comunicação. Essa variedade de ambientes gerou soluções adaptativas específicas que influenciaram não apenas a economia, mas também a organização social e a cosmologia de cada povo.

Fatores ambientais determinantes

- Disponibilidade hídrica: rios, lagos e aquíferos determinaram rotas e permanências.
- Fertilidade dos solos: terra preta de índio como resultado e fator de agricultura intensiva.
- Sazonalidade climática: alternância entre estações secas e chuvosas moldando calendários agrícolas.
- Biodiversidade: oferta variada de caça, frutos e fibras sustentando dietas e tecnologias.

► Tradições orais e etno-história como fontes

As fontes orais preservadas pelos descendentes indígenas ampliam a compreensão acadêmica, pois carregam memórias de migrações, alianças e conflitos que raramente aparecem nos registros escritos coloniais. Mitos de origem, cantos rituais e narrativas de heróis culturais constituem sistemas de conhecimento que articulam espaço, tempo e identidade. A triangulação entre a oralidade e documentos de cronistas dos séculos XVI e XVII — como as cartas dos jesuítas ou a obra de Jean de Léry — possibilita verificar continuidades e rupturas culturais. A etno-história, disciplina que cruza métodos da antropologia e da história, contextualiza esses relatos no processo de contato, resistências e ressignificações provocadas pela colonização. Além disso, o mapeamento participativo moderno registra topônimos nativos que indicam antigos territórios de caça ou locais sagrados, preservando-os frente às pressões de frentes agrícolas e mineradoras. Portanto, a voz indígena, expressa na oralidade, é indispensável para reconstituir o passado de maneira mais plural e inclusiva.

Contribuições da oralidade

- Detalhes de rotas de migração e ocupação não descritos por cronistas europeus.
- Informações sobre uso sustentável de plantas medicinais e manejo florestal.
- Cosmologias que explicam a relação simbiótica entre grupos humanos e paisagem.
- Memória de conflitos inter-étnicos e acordos diplomáticos pré-coloniais.

AMOSTRA

COLONIZAÇÃO EUROPEIA E AMPLIAÇÃO DO TERRITÓRIO**► Fontes documentais: cartas, crônicas e registros oficiais (séculos XVI – XVIII)**

O início da presença europeia no espaço americano deixou um riquíssimo acervo de documentos que iluminam as etapas da colonização e da expansão territorial. A famosa carta de Pero Vaz de Caminha, redigida em abril de 1500, oferece não apenas a primeira descrição minuciosa da paisagem e dos povos indígenas, mas também a visão eurocêntrica que permeou todo o processo de conquista. Ao longo do século XVI, os relatos dos cronistas viajantes, como Hans Staden e Jean de Léry, aliaram observação etnográfica e apologética religiosa, fornecendo detalhes sobre práticas alimentares, estruturas políticas indígenas e o incipiente tráfico de pau-brasil. Paralelamente, a correspondência jesuítica — conservada nos “*Monumenta Brasiliae*” — registra estratégias de catequese, fundação de aldeamentos e a tensão constante entre missionários e colonos interessados em mão de obra nativa. No século XVII, o fortalecimento do Governo-Geral e a disseminação das capitânias hereditárias multiplicaram alvarás régios, sesmarias e livros de tomo paroquiais, fontes indispensáveis para rastrear a posse da terra, o avanço dos engenhos de açúcar e a instalação de fortificações litorâneas. Já no século XVIII, a centralização pombalina exigiu relatórios minuciosos sobre a produção de ouro e diamantes, culminando em mapas demográficos detalhados e registros fiscais como as “*Rolagens da Intendência das Minas*”. Esses documentos, confrontados com vestígios arqueológicos e fontes orais, revelam a complexidade do processo colonial e desfazem a narrativa linear de ocupação.

Destaques documentais

- Carta de Pero Vaz de Caminha (1500), marco inaugural da documentação lusa.
- Relatos de Jean de Léry (1578) e Hans Staden (1557), combinando etnografia e apologética.
- Cartas anuais da Companhia de Jesus, descrevendo aldeamentos e conflitos.
- Alvarás de sesmaria e livros de tomo, mapeando a apropriação fundiária.
- Relatórios pombalinos sobre mineração, essenciais para a fiscalidade metropolitana.

► Cartografia colonial como testemunho da expansão

Ao lado dos textos, a cartografia desempenhou papel decisivo na consolidação do território colonial. Os primeiros mapas, como o Planisfério de Cantino (1502) e a Carta de Alberto Cantino, registravam apenas o contorno costeiro, refletindo a lógica de uma ocupação voltada para o Atlântico. Com o decorrer do século XVI, cartas náuticas manufaturadas em Lisboa e Sevilha passaram a incorporar acidentes geográficos internos, impulsionadas pelas expedições sertanistas e pelo interesse no ouro das Serras de Mantiqueira e Itacolomi. No século XVII, a disputa luso-hispânica na bacia do Prata tornou urgente a demarcação de fronteiras, gerando mapas militares detalhados que fundamentaram o Tratado de Madri (1750). Esses documentos combinavam observação direta, relatos de bandeirantes e medições empíricas, revelando não apenas a geografia física, mas também a distribuição

de missões jesuíticas e povoados indígenas. A partir do final do século XVIII, a chegada de engenheiros militares — como João Massé e José Borges de Vilhena — introduziu técnicas de levantamento geométrico, aumentando a precisão na representação de rios, serras e caminhos. Assim, a cartografia colonial não foi mero espelho da realidade: ela construiu e legitimou visões de poder, orientando a ocupação do interior e a administração fiscal.

Principais mapas coloniais

- Planisfério de Cantino (1502), primeiro esboço do litoral brasileiro.
- Atlas de João Teixeira Albernaz (1640), ampliando a costa e rios interiores.
- Mapas militares das Fronteiras Meridionais (séc. XVIII), base para o Tratado de Madri.
- Cartas de demarcação pombalinas, aplicando métodos de triangulação.
- Plantas urbanas de Salvador e Rio de Janeiro, revelando a lógica defensiva costeira.

► Cultura material dos ciclos econômicos e territorialização interna

A paisagem colonial brasileira foi moldada por sucessivos ciclos econômicos, cada qual deixando traços materiais que atuam como testemunhos históricos. No Nordeste açucareiro dos séculos XVI e XVII, as ruínas de engenhos — com suas moendas movidas a água ou a tração animal, casas-grandes, senzalas e capelas — ilustram o modelo de plantation e a lógica casa-grande & senzala que organizou a sociedade hierárquica. No Sudeste, as expedições bandeirantes do século XVII aproveitaram redes fluviais e trilhas indígenas, inaugurando entrepostos temporários cujos vestígios arqueológicos incluem fornos de fundição rudimentares e fortins de madeira. Com a mineração setecentista, núcleos urbanos como Vila Rica (Ouro Preto), Mariana e Diamantina surgiram sobre encostas íngremes, obedecendo a traçados adaptados ao escoamento de água usada na lavagem do cascalho aurífero. As igrejas barrocas, erguidas com recursos da elite mineradora, tornaram-se fontes iconográficas e arquitetônicas que refletem a transferência cultural do Atlântico português para o interior. Além disso, a escravidão africana — espinha dorsal de todos os ciclos — deixou marcas no patrimônio imaterial, na toponímia e em objetos cotidianos, como ferramentas de ferro e cerâmicas crioulas. A análise desse conjunto material permite reconstituir técnicas produtivas, relações de poder e a dinâmica de povoamento que ultrapassou o meridiano de Tordesilhas, consolidando a feição continental do Brasil.

Evidências materiais mais relevantes

- Ruínas de engenhos de açúcar no Recôncavo Baiano, exemplificando o complexo agroindustrial.
- Trilhos antigos do Caminho Velho da Estrada Real, ligando Minas a Paraty.
- Sítios de fundição bandeirante no vale do Paraíba, indício da metalurgia primitiva.
- Igrejas barrocas mineiras com talha dourada, símbolo da riqueza aurífera.



GOSTOU DESSE MATERIAL?

Imagine o impacto da versão **COMPLETA** na sua preparação. É o passo que faltava para garantir aprovação e conquistar sua estabilidade. Ative já seu **DESCONTO ESPECIAL!**

EU QUERO SER APROVADO!

